

Lucas Bevilacqua

INCENTIVOS FISCAIS ÀS EXPORTAÇÕES

Desoneração da tributação indireta na
cadeia exportadora e concorrência
fiscal internacional

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 Lucas Bevilacqua

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B571i

Bevilacqua, Lucas.

Incentivos fiscais às exportações : desoneração da tributação indireta na cadeia exportadora e concorrência fiscal internacional / Lucas Bevilacqua. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

360 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 283-336.

ISBN 978-85-519-0863-1

1. Direito Tributário. 2. Incentivo Fiscal. 3. Imunidade Tributária.
4. Isenção. 5. Regime Especial de Tributação. I. Título.

CDD 343

4433571

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1. Imunidade Tributária na Cadeia Produtiva Exportadora e Neutralidade no Fluxo Internacional de Bens e Serviços	31
1.1 Do enciclopedismo jurídico ao imperialismo econômico dos “incentivos fiscais” às exportações	33
1.1.1 Fundamentos constitucionais para desoneração da tributação indireta na cadeia produtiva exportadora como limitação ao poder de tributar	34
1.1.2 Enciclopedismo jurídico dos “incentivos fiscais às exportações”	43
1.1.3 Imperialismo econômico dos “incentivos aos exportadores”	45
1.2 A desoneração da tributação indireta na cadeia produtiva exportadora entre as categorias técnicas da tributação: imunidade, não incidência e isenção	54
1.2.1 A desoneração da tributação indireta na cadeia exportadora enquanto imunidade: dimensão normativa, classificação e alcance	58
1.2.2 Imunidade tributária das exportações na efetivação do princípio do país do destino e mecanismos de ajustes fiscais de fronteira	66
1.3 Desoneração tributária da cadeia produtiva exportadora e deveres instrumentais	68
1.3.1 Deveres instrumentais e competitividade no Comércio Internacional	70
1.3.2 Limites constitucionais aos deveres instrumentais na cadeia produtiva exportadora: livre iniciativa e não discriminação geográfica em razão do destino	74

1.4 Interpretação das normas exonerativas da tributação indireta na cadeia produtiva exportadora	77
1.4.1 Métodos de interpretação e normas tributárias exonerativas.....	78
1.4.2 Interpretação das regras de desoneração da tributação indireta na cadeia produtiva exportadora	82
2. Desoneração da Tributação Indireta na Cadeia Produtiva Exportadora e Federalismo Fiscal Brasileiro	87
2.1 Arranjo político-institucional do comércio exterior na Federação brasileira	88
2.2 Fundos de compensação das desonerações das exportações e repartição indireta de receitas no federalismo fiscal brasileiro	93
2.2.1 Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX)	97
2.2.2 Fundo da Lei Kandir – entre acertos, erros e consertos	99
2.2.3 Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX)	109
2.3 Lei Kandir e conflitos federativos fiscais	111
2.3.1 Conflitos federativos verticais na desoneração das exportações.....	111
2.3.2 Lei Kandir e a guerra fiscal de ICMS	120
2.4 Desonerações tributárias na cadeia exportadora, tax expenditure e responsabilidade fiscal.....	123
2.4.1 Renúncia de receita, direito de ressarcimento na cadeia exportadora e despesa pública.....	124
2.4.2 Crédito de ICMS exportação, contabilização na dívida pública dos estados e securitização pela União.....	130
3. Imunidades Específicas na Tributação Indireta da Cadeia Produtiva Exportadora.....	135
3.1 Imunidade tributária do ICMS na cadeia produtiva exportadora.....	135

3.1.1 Trading companies e imunidade de ICMS na cadeia produtiva exportadora	150
3.1.2 Creditamento na aquisição de bens de uso e consumo e do ativo fixo na cadeia produtiva exportadora	155
3.1.3 Recuperação e transferência de créditos acumulados de ICMS na exportação	164
3.2 Imunidade na prestação de serviços ao exterior	173
3.2.1 Elemento de conexão territorialidade na tributação sobre a prestação de serviço.....	177
3.2.2 A “servicificação” na cadeia produtiva e a desoneração das exportações.....	180
3.2.3 Por uma compreensão adequada do “resultado”: “conclusão” vs. “fruição”	183
3.3 Imunidade do imposto sobre produtos industrializados (IPI) na cadeia produtiva exportadora.....	191
3.3.1 Creditamento de IPI na cadeia produtiva exportadora	193
3.3.2 Crédito presumido de IPI e “resíduos tributários” na cadeia produtiva exportadora.....	197
3.4 Desoneração de PIS/Cofins na cadeia produtiva exportadora.....	206
3.4.1 Crédito presumido PIS/Cofins na cadeia produtiva agroexportadora.....	208
3.4.2 Tratamento tributário de PIS/Cofins aos créditos presumidos de IPI	210
3.4.3 Desonerações do PIS/Cofins na exportação e na prestação de serviços a não residente	214
3.4.4 Operações back to back credits e exportação ficta	220
3.5 Desoneração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas exportações	230

4. Princípio do País do Destino e Regimes Especiais nas Exportações.....	235
4.1 Crédito-prêmio do IPI e (in)segurança jurídica na tributação	237
4.2 Resíduos tributários federais na exportação e o Reintegra	244
4.2.1 Reintegra é incentivo fiscal?	247
4.2.2 Reintegra na trilogia do tempo: passado, presente e futuro.....	249
4.3 Regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras (Recap)	260
4.3.1 Recap e subsídios tributários no comércio internacional	262
4.3.2 Subsídios à exportação na jurisprudência da OMC.....	267
Conclusões.....	273
Referências	283